

Audiência Pública Extraordinária: Políticas para Primeira Infância

17 de agosto de 2021

Importância de uma Política Nacional Integrada para Primeira Infância

PRINCIPAIS TÓPICOS

- As diferentes áreas que contribuem para formulação da Política Nacional Integrada da Primeira Infância apresentaram suas atividades e perspectivas.
- Foram ouvidos representantes do Ministério da Saúde, da Cidadania, da Educação e do Conselho Nacional de Justiça.

PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO INSTITUIÇÃO
Paula Belmonte	Deputada Federal (CIDADANIA/DF)
Luciana Siqueira	Secretária Nacional de Atenção à Primeira Infância do Ministério da Cidadania
Maria Yvelônia Barbosa	Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social
Myriam Sartori	Diretora das Políticas de Educação Básica do Ministério da Educação
Priscila Carvalho	Coordenadora da Saúde de Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde
Martha Gonçalves	Assessora Técnica de Assistência à Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde
Vital Donet	Rede Nacional de Primeira Infância
Dra. Ivania Ghesti	Representante do Conselho Nacional de Justiça

www.bmj.com.br

Brasília: SHIS QI 25 CJ 12 Casa 15, Lago Sul CEP: 71.660-620. TEL: + 55 61 3223 2700

São Paulo: Rua Ramos Batista, 152, 13º andar. Vila Olímpia CEP: 04552-020. TEL: +55 11 3044 5441

Belo Horizonte: Avenida Getúlio Vargas, 671, Cj. 7 a 12, Funcionários CEP 30.112-020 TEL.: +55 31 3657 7768

RELATÓRIO

O evento, realizado dia 12/8/2021, teve como objetivo discutir a Política Nacional Integrada da Primeira Infância. A Audiência Pública Extraordinária foi realizada no âmbito da Comissão Externa de Políticas para a Primeira Infância, presidida pela Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF).

FALAS DOS PARTICIPANTES

A **deputada Paula Belmonte** abriu o evento reforçando a necessidade de fortalecer a pauta relacionada à gravidez na adolescência, além de cuidados antes do nascimento da criança, com lares estruturados, direito ao pré natal, aleitamento materno. Ainda, reforçou a questão da evasão escolar devido à COVID-19 e clamou aos deputados a aprovação do PL para fazer a educação se tornar atividade essencial.

Luciana Siqueira, secretária nacional de Atenção à Primeira Infância do Ministério da Cidadania, apresentou a secretaria, que, segundo Siqueira, foi criada em 2020 devido ao tema ser prioritário para o governo atual. Além disso, introduziu o **Programa Criança Feliz**, apresentado como o maior programa sobre primeira infância e de extrema importância para o período de COVID-19. Por fim, afirmou estarem sempre abertos ao diálogo e à construção.

Maria Yvelônia, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social, afirmou que a Política pode facilitar o reconhecimento da diversidade de infâncias no Brasil. Ainda, reforçou que uma política social para infância precisa ter serviços de apoio às famílias e ressaltou a importância dos marcos regulatórios e da proteção integral. Por fim, abordou a incompletude constitucional do tema e a necessidade do fortalecimento da intersetorialidade e políticas setoriais para o marco legal da Primeira Infância.

Myriam Sartori, diretora de políticas de Educação Básica no Ministério da Educação, deu enfoque na educação infantil com intencionalidade, em que se torna necessário um ambiente para aprendizado e desenvolvimento, especialmente até os 5 anos de idade. Foram citados o Programa Proinfância (FNDE), voltado para garantir o acesso das crianças e a melhoria da infraestrutura física, construção de creches e pré escolas e compra de mobiliário para a educação infantil; E.I. Manutenção, com o intuito de ampliar a oferta de vagas até 2024 para universalizar o acesso até 3 anos de idade; Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, que aponta a qualidade que se almeja para a educação. Ademais, ressaltou os normativos no cenário

da COVID-19, com o Comitê Operativo de Emergência, que visa à medição dos impactos da pandemia na educação brasileira.

Priscila Carvalho, Coordenadora da Saúde da Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde, ressaltou a importância de uma infância digna para uma vida plena de jovens e adolescentes.

Martha Gonçalves, Assessora Técnica de Assistência à Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, apresentou as ações de coordenação de saúde, aleitamento materno e promoção da saúde. Apontou os 7 eixos principais, que começam antes da gestação, no planejamento familiar. Além disso, reforçou que a criança é um cidadão na sociedade e, portanto, seria necessário investir na saúde do recém-nascido e no aleitamento materno. Abordou o Programa Criança Feliz, um vídeo produzido junto ao Instituto Alana, sobre o marco de desenvolvimento infantil, e duas parcerias com Universidades (Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do Pará), estratégia de fortalecimento de proteção infantil e estratégias de saúde infantil. Ainda, apresentou o Programa Primeiros Passos, com 7 eixos para diminuir a mortalidade; o Alimenta Brasil e a Caderneta da Criança.

Vital Donet, da Rede Nacional de Primeira Infância, afirmou que é preciso costurar a integração entre os programas já existentes por meio do fundamento legal já existente sobre primeira infância, sendo um dever e uma obrigação legal proteger às crianças e dar-lhes o direito ao desenvolvimento. Além disso, reafirmou o Plano Nacional pela Primeira Infância, elaborada pela rede nacional de primeira infância, com vigência até 2030. Donet ressaltou que há urgência na construção dessa política e na importância da criação de um mecanismo de avaliação dessa política desde o princípio.

Dra. Ivânia Ghesti, representante Conselho Nacional de Justiça, afirmou que a partir de 2018 o judiciário se aproximou do marco legal da primeira infância e criou o Pacto para a Primeira Infância, enquanto um objetivo comum de todos. Ainda, ressaltou que devem aumentar a integração do judiciário e levar acesso de informação para todas as esferas do judiciário.

AVALIAÇÃO

O evento abordou questões da Política Nacional Integrada sobre Primeira Infância, nos âmbitos educacionais, familiares, de saúde e de justiça. Assim, teve como função a realização de um panorama sobre a formulação e aplicação dessa política. Ainda, foi reforçado a importância do empenho intersetorial para o sucesso das ações no Brasil.